

Oportunidades Perdidas

QUANDO espocarem os fogos do Ano-Novo, os brasileiros terão todo o direito de questionar os resultados das mudanças econômicas introduzidas no decorrer de 1986. Não será um balanço fácil, nem fáceis serão as respostas. Pois se é verdade que restauramos a consciência coletiva para os males de uma economia inflacionária e suas causas, é verdade também que os erros se acumularam, e oportunidades de uma correção mais profunda e definitiva foram tragicamente perdidas. Não há como absolver os culpados por essas perdas.

Demos a partida para o grande exercício nacional de reorganização de nosso sistema econômico com o choque de um congelamento de preços e a introdução de uma moeda forte que deveria se valorizar dia após dia. O sucesso instantâneo da proposta pode ser explicado pelo cansaço do povo brasileiro com uma inflação que chegou, em janeiro deste ano, à taxa recorde de 250% em doze meses, e ameaçava espiralar para a hiperinflação. O sistema financeiro entrou em efervescência, distorcido por taxas de juros que voaram para 280%, desestimulando os investimentos produtivos. Duramente castigadas eram as camadas mais pobres da população, castradas em seu poder de compra por um aumento do custo de vida de 15% ao mês.

Os erros começaram a se empilhar quando as repartições do Governo mais diretamente responsáveis pela nossa economia confundiram a adesão maciça do povo ao novo Plano com um cheque em branco para exercerem todo o poder em seu nome, ampliando cada vez mais a intervenção do Estado. Nunca, na verdade, este país teve tanto intervencionismo e tantos controles do Estado sobre a ordem econômica. Ignoraram-se leis de mercado. Reconheceu-se, na realidade, o mercado. Embriagada por um sucesso que não era seu, e sim do povo brasileiro em seu esforço para reencontrar a estabilidade dos preços e o crescimento da produção, os pais do Cruzado encastelaram-se na arrogância, taparam os ouvidos, engessaram a economia, destruíram a credibilidade nos índices de preços, lançaram a balança comercial do país no chão, liquidaram as reservas externas em divisas e nos ofereceram, como brinde de Natal e Ano-Novo, uma inflação de 7,9% ao mês — medida pela FIPE — num ambiente com preços semi-congelados e pontilhado de ágios.

Que país é este que passa de 86 para 87 com tantas oportunidades perdidas? É o Brasil. E aí residem as esperanças. Por cima de todos os erros, além de todos os obstáculos, este país é capaz de produzir um vigoroso crescimento de seu Produto Interno Bruto e de pegar cada oportunidade de reorganização de nossa economia pelo seu lado positivo, remando contra as marés, saindo-se melhor que se esperava. Podemos dizer com uma ponta de orgulho que esta é uma Nação capaz de sobreviver a qualquer aventura de economistas, sejam eles ortodoxos ou heterodoxos, ou ortoheterodoxos, ou que nome tenham. Mal ou bem, existe uma Nação estruturada, que é aquela que investe no campo, na atividade agrícola, logo que percebe no ar o cheiro de juros mais baixos e pode brindar no novo ano com uma safra recorde.

Existe uma Nação industrial bem aparelhada, particularmente no centro-sul, que é capaz de voar para encomendas de máquinas-ferramenta reequipando suas linhas de produção na esperança de que o mercado continue crescendo, e se o mercado interno entrar em recessão terá sempre a válvula das exportações, que abriu com grande empenho e esforço nos últimos anos. Há uma Nação com um sistema financeiro aparelhado para trabalhar dentro de margens estreitas, que é capaz de desempregar 100 mil bancários num dia e no outro virar o ano com balanços lucrativos, cobrando pelos seus custos. Há um mercado de capitais vigoroso, que pode absorver maciças emissões de ações, contribuindo para capitalizar as empresas abertas. Há um bom sistema de telecomunicações, e vastos recursos naturais por explorar.

Eis por que o sentimento derrotista seria o último a vingar neste país. O ano de 1987 não pode chegar como uma derrota para os brasileiros. Não

passamos a viver no mundo messiânico de uma inflação suíça com um crescimento do Produto Interno Bruto japonês, e assistimos desolados ao retorno de velhas distorções.

O sistema financeiro está, outra vez, no caminho dos juros escorchantes, impulsionado por uma inflação que ameaça chegar aos dois dígitos em janeiro. O Governo, que proclamou o déficit-zero no começo deste ano, fecha suas contas demonstrando que o setor público se apropria de cada centavo ao seu dispor para alimentar a voracidade da máquina gastadora. Assistimos, no apagar das luzes de 1986, à criação de uma Caixa Única sob o controle do Ministério da Fazenda — alegadamente, para disciplinar os gastos públicos. Ouvimos, ao se justificar a criação de um órgão centralizador desse tipo, o mesmo que já escutamos antes: “as empresas públicas estão girando suas receitas próprias no *open market*”. Ou ainda: “existem saldos ociosos nas contas bancárias de órgãos públicos enquanto o Governo capta recursos no mercado financeiro, pagando juros, para atender a compromissos sociais inadiáveis”. Ou, finalmente: “inexistem registros das obrigações e haveres indiretos da União”.

Memórias da Velha República? Não. Trata-se de simples e singelas palavras contidas numa exposição de motivos com a qual o Ministro da Fazenda justifica a unificação total de todos os recursos em uma Caixa Única do Tesouro. O tempo passou desde quando os pais do Cruzado alegaram que a extinção da chamada Conta Movimento do Banco do Brasil e a criação da Secretaria do Tesouro iria pôr fim a esses males. O tempo passou e provou-se que necessitávamos de mais um órgão. Quem nos assegura que este será o ponto final para o maior problema desta Nação, que consiste no descontrole do próprio Estado sobre seus gastos, suas empresas, seus empregados?

Chegamos ao fim com uma carga indissolúvel de decepções e desgaste. Vamos agora enfrentar uma negociação com banqueiros com as reservas no chão. Os preços do petróleo voltaram a subir no exterior, retirando debaixo dos nossos pés uma economia que beneficiou a balança este ano. As taxas de juros apontam novamente para cima. E o Produto Bruto do mundo não será tão brilhante.

Mesmo assim, o Brasil não deve romper o Ano-Novo na defensiva. A correção de rumos significa um reencontro do país com a economia de mercado, o mesmo mercado que muitos dos gênios do Cruzado disseram que não existia. As medidas do Cruzado II já demonstraram que existem forças suficientes para reduzir o dirigismo e o engessamento que desejaram impor à Nação. O Governo deve aprender que este não é o caminho, e que os responsáveis pelos erros devem ser mandados embora. É preciso renovar a administração em cima de outros compromissos, antes que os estragos feitos pela perda da credibilidade venham a atingir a própria cúpula política do país. Chegamos a 1987 com o paradoxo de termos e não termos índices capazes de medir a inflação. Não serão aqueles que corromperam os índices que irão se apresentar perante empresas, empresários e os trabalhadores com credibilidade. Chegamos ao fim de 1986 com uma taxa de juros escorchantes, empurrada para cima por um sistema fiscal errado, onerando a poupança privada e desajustando um sistema de dívida pública que falhou, também, em sua arquitetura. Fechamos o balanço de 1986 com palavras de ordem e mensagens erradas para os exportadores, desestimulando um dos mais, senão o mais ativo segmento da nossa economia. Não podemos continuar nessa linha desastrosa e incompetente.

O dever do Presidente da República é avaliar todos esses erros para retomar as rédeas de um processo onde o principal ativo é o Brasil, é sua classe empresarial, é a enorme capacidade de sonhar deste povo, e, sobretudo, de apostar em propostas limpas de condução dos seus destinos econômicos. A reconstrução da credibilidade passa por uma rearrumação da coisa pública. Passa, em primeiro lugar, por dentro do Estado. Os brasileiros saberão fazer o resto. E bem.